



DAVI NEGRI/ CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Audiência Pública sobre tarifaço dos EUA será em 15/9, às 14h30

Tarifaço dos EUA entra em debate na Câmara de Piracicaba

A Câmara de Piracicaba aprovou requerimento que convoca audiência pública para discutir os impactos das medidas tarifárias adotadas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. A iniciativa busca analisar reflexos econômicos, industriais, comerciais, trabalhistas e sociais, especialmente em cidades com forte atividade industrial, como Piracicaba. O encontro será realizado no dia 15 de setembro, às 14h30, no plenário da Câmara, reunindo representantes do poder público, setor produtivo, entidades de classe, instituições de ensino e a sociedade civil. O objetivo é ampliar o debate sobre os efeitos do chamado “tarifaço” na economia local, incluindo possíveis impactos em empresas, empregos e cadeias produtivas, além de discutir alternativas para minimizar prejuízos e fortalecer o desenvolvimento econômico regional.

Obras na SP-127 começam nesta segunda

Uma nova etapa das obras na Rodovia SP-127 começa nesta segunda-feira (24), em Tatuí, com a implantação de via marginal no sentido norte e preparação para construção de viaduto e passagem inferior no km 110. As intervenções visam ampliar a capacidade da rodovia, melhorar a fluidez do tráfego e reforçar a segurança viária. Durante os serviços, haverá interdições parciais e alterações no acesso à SP-129, com rotas alternativas sinalizadas. A orientação é que motoristas redobrem a atenção.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE TATUÍ



Intervenções incluem uma via marginal e futuro viaduto em Tatuí

Mairinque cobra Estado por mais verba cultural

A Câmara de Mairinque aprovou requerimento que cobra do Governo do Estado mais investimentos para a cultura no município. A proposta solicita informações sobre programas e ações que possam beneficiar artistas e grupos locais, ampliando o acesso a editais, cursos, oficinas e atividades culturais. O objetivo é fortalecer a formação artística, incentivar a participação de crianças e jovens e promover parcerias permanentes que ampliem as políticas públicas voltadas ao setor cultural na cidade.

Limeira cobra ampliação de tratamento de AME

A Comissão de Saúde da Câmara de Limeira deliberou moção de apelo ao Governo Federal para ampliar o tratamento de Atrofia Muscular Espinhal (AME) no SUS. A proposta busca garantir acesso a medicamentos para todos os tipos da doença, já que atualmente a rede pública atende apenas os casos mais graves. Segundo o colegiado, a medida pretende reduzir desigualdades no acesso e evitar a judicialização.

Segurança para alunos

Requerimentos aprovados em Sorocaba abordam a segurança no entorno de escolas, melhorias no trânsito, gestão da dívida ativa e condições de espaços públicos. Entre os destaques, está o pedido de apoio da GCM nos horários de entrada e saída de alunos, visando mais proteção. Também há solicitações de pista de bicicross e limpeza.

Prestação de contas

A Câmara de Tatuí realizou audiência pública para prestação de contas do 1º semestre. Os dados mostram despesas dentro dos limites legais e equilíbrio financeiro. Até junho, foram empenhados R\$ 9,66 milhões. A apresentação reforça a transparência e amplia o acesso da população às informações e ao controle social.

Segurança Pública

A Prefeitura de Alambari, em parceria com o 22º BPM/I, promove reunião com Executivo, Legislativo e comunidade para discutir segurança pública. O encontro será em 27 de agosto, às 15h, no CRAS, com o tenente-coronel Rodrigo Costa Mendes, visando integrar forças, ouvir demandas e construir soluções conjuntas.

Vagas do Comdema

Interessados da sociedade civil podem se inscrever para eleição de vagas remanescentes do Comdema até 30 de agosto. O conselho atua no assessoramento ambiental do município. Inscrições podem ser feitas presencialmente na Sema ou por e-mail, mediante envio da documentação exigida no edital publicado.

Selo Empresa Amiga

A Câmara de Mairinque aprovou projeto que cria o Selo Empresa Amiga da Juventude. A proposta reconhece empresas que adotem práticas de incentivo à formação e inserção de jovens no mercado de trabalho. O selo terá caráter honorífico, sem benefícios fiscais ou financeiros, e busca estimular ações de responsabilidade social no município.

Curso de eletricista

O CCP Centro está com inscrições abertas para cursos gratuitos de Metrologia e Eletricista Residencial. As aulas começam no dia 25 e há turmas à tarde e à noite. Interessados devem se inscrever presencialmente, com documento e comprovante de endereço. Há requisitos de idade e escolaridade para participação. As inscrições ocorrem de segunda a sexta.



Ação do MPSP envolve descumprimento de decisões judiciais sobre resíduos

Prudente pode ter que pagar R\$ 443 mil por falhas na gestão de resíduos

Presidente Prudente não comprovou cumprimento integral de obrigações

Por **Raphaela Cordeiro**

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) ingressou com novo pedido de cumprimento de sentença para que a Justiça determine a cobrança de R\$ 443.745,57 da Prefeitura de Presidente Prudente por falhas na gestão de resíduos da construção civil. A medida tem origem em uma ação civil pública cuja decisão transitou em julgado em janeiro de 2022 e estabeleceu dez obrigações ao município para regularizar o sistema.

De acordo com o órgão, apesar de sucessivos prazos e intimações, a administração municipal ainda não comprovou o cumprimento integral das determinações judiciais. Embora tenham sido apresentadas algumas ações pontuais, o entendimento do MPSP é de que não há evidências de uma solução estrutural e permanente para o problema.

Entre as exigências ainda pendentes estão a elaboração do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, o cadastramento e a fiscalização de grandes geradores, a definição de equipe responsável pelo controle contínuo, além da regularização de áreas

destinadas ao recebimento de resíduos e do combate a pontos de descarte irregular.

O Ministério Público também destacou que a adesão a plano intermunicipal não substitui a obrigação de criação de um plano específico local, conforme previsto na sentença. Em decisão recente, a Justiça manteve a multa diária de R\$ 5 mil e concedeu prazo de 60 dias para que o município apresente o plano, sem prejuízo das demais obrigações ainda não cumpridas.

Levantamento técnico do Centro de Apoio à Execução (CAEX), realizado em 2026, identificou 21 pontos de acúmulo ou manejo de resíduos em Presidente Prudente, com diferentes níveis de irregularidade. Em alguns casos, foram constatadas situações graves, como descarte inadequado, presença de materiais perigosos e operação sem licenciamento ambiental. O relatório recomenda, inclusive, a interrupção das atividades em dois desses locais até a devida regularização.

O valor apontado corresponde às multas acumuladas até agosto de 2026 e ainda será analisado pela Justiça, podendo ser contestado pelo município. Procurada, a Prefeitura de Prudente não se manifestou até o fechamento desta edição.